

REDES SOCIAIS E O MEIO AMBIENTE: NOVO CONCEITO DE COMUNICAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DO PLANETA ATRAVÉS DE REDES SOCIAIS.

Ana Claudia Domenes
Felipe Botelho Paulino
Thales Henrique Costa
Thales Henrique B. Junqueira

RESUMO

Na era da tecnologia aliar as ferramentas disponíveis na internet com as finalidades mais importantes da empresa é um diferencial de mercado, cujo potencial cresce a cada dia. Muito além do marketing, essas ferramentas buscam atingir públicos dos mais diferentes perfis, levando informação e imagem a eles com a facilidade de um clique. Assim, além dos produtos e serviços ofertados, as redes sociais e demais ferramentas virtuais estão levando ao consumidor posicionamentos relacionados com sustentabilidade e conscientização, tanto do ponto de vista do marketing quanto do meio ambiente. O presente trabalho busca entender essa parceria e seu potencial, desenvolvendo uma reflexão sobre como as instituições estão utilizando as redes sociais para assuntos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade.

Palavras chave: meio ambiente, redes sociais, sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A internet, cuja presença está cada vez maior na rotina das pessoas, passou de tendência a necessidade em pouco tempo. Seu crescimento está diretamente relacionado às novas formas de se utilizar a rede, seja para fins pessoais ou de negócio, como o empreendedor que deseja dar visibilidade ao seu negócio.

Redes sociais como o *Twitter*, *Orkut* e *Facebook* são ferramentas cada vez mais populares, largamente utilizadas como mídia de propaganda e *marketing* através da união de características como

globalização e capacidade de interatividade. Exemplos desse cenário são as grandes empresas que utilizam os anúncios na internet ou possuem sites de *e-commerce*, utilizando gráficos, recursos visuais de áudio e vídeo e muitas informações sobre o produto a ser anunciado.

Diante dessa influência tecnológica temas antes abordados com certo direcionamento hoje são divulgados e discutidos por toda rede. A sustentabilidade, largamente explorada, desde instituições de ensino até pelos políticos, é um dos temas que tem sido constantes, seja nas redes sociais ou através de estratégias de *marketing*.

O presente trabalho tem como intuito explorar o tema responsabilidade ambiental através da análise de informações de redes sociais, o papel dessas mídias e as conseqüências de seu conteúdo na conscientização. Para tal finalidade, serão utilizados fins explicativos, analisando a ligação entre a comunicação das redes sociais com as organizações que procuram proteger e preservar o meio ambiente, obtidos por pesquisa bibliográfica em meios eletrônicos e livros direcionados ao assunto.

I. MEIO AMBIENTE

Meio ambiente pode ser definido d diferentes formas, de acordo com o assunto abordado. Quanto a natureza, Kraemer, E Tinoco (2004, p.35), defendem que o meio ambiente é o conjunto de elementos bióticos (organismos vivos) e abióticos (energia solar, solo, água e ar) que integram a camada da Terra chamada biosfera, sustentáculo e lar dos seres vivos.

I.1 O contexto histórico

O meio em que vivemos está em constante risco, uma vez que o homem tem feito uso desmedido dos recursos naturais por anos.

Como conseqüência desses atos humanos, no decorrer dos anos houveram diversas manifestações a favor da sustentabilidade e da preservação ambiental, sendo que entre elas algumas se destacam pela abordagem e outras pelo pioneirismo.

Segundo Valle (2002), os primeiros movimentos ambientalistas ocorreram apenas na década de 60 do século passado, se baseando na contaminação das águas e do ar dos países industrializados, os

pioneiros foram cientistas que através do relatório *Limits to Growth* (Limites ao Crescimento) alertaram sobre os riscos de um crescimento econômico contínuo com base no uso de recursos naturais esgotáveis.

A partir desse momento vários outros movimentos aconteceram, como a 1ª Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, das Nações Unidas, em Estocolmo na Suécia, em 1972. Esta conferência tratou das relações entre o homem e o meio ambiente, sendo poluição a palavra-chave desse encontro.

Em 1975 houve o Seminário Internacional de Educação, realizado em Belgrado, que através da participação de vários países gerou a Carta de Belgrado, estabelecendo que qualquer ação de preservação ambiental deveria, primeiramente, passar por uma educação ambiental.

Valle, (2002, p. 11) cita que a década de 90 foi o momento de maior interesse no meio ambiente, uma vez que ocorreram eventos de grande importância, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida também como Cúpula da Terra ou Rio 92, dando origem a “Agenda 21”, que tinha objetivo a redução da quantidade de energia e de materiais utilizados na produção de bens e serviços, disseminação de tecnologias ambientais e promoção de pesquisas que visem o desenvolvimento de novas fontes de energia e de recursos naturais renováveis, que sejam incorporados os custos ambientais nas decisões dos produtores e consumidores, de forma que os preços reflitam o valor total dos recursos utilizados e previnam a degradação ambiental.

Quanto as leis, o Brasil evoluiu muito no ponto de vista ambiental, instituindo legislações específicas como a exigência de Estudos de Impacto Ambiental – EIA – e Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente – RIMA para instalação de novas indústrias (VALLE, 2002). Mundialmente um marco na legislação foi o protocolo de Montreal (1987) que banuiu o uso dos CFC’s (cloro-fluor-carbonos).

1.2 A sustentabilidade

A problemática da sustentabilidade assume neste novo século um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram. O quadro socioambiental

que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que o impacto dos humanos sobre o meio ambiente tem tido conseqüências cada vez mais complexas, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. (JACOBI, 2003, p.193)

Sustentabilidade pode ser entendida como a utilização de recursos naturais de maneira consciente, de modo que preocupação com a preservação ambiental e a busca por meios para a reposição desses recursos seja inserida nessa realidade.

Apesar da difusão desse pensamento, das ações e das manifestações, incorporar a preocupação ambiental nas decisões econômicas e políticas implica reconhecer que as conseqüências ecológicas do modo como a população utiliza os recursos do planeta estão associadas ao modelo de desenvolvimento. Isto se explicita segundo Guimarães (2001, p. 51), pela crise que afeta o planeta, “o que configura o esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente predador, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo”, se fazendo necessário a redefinição das relações entre sociedade humana e natureza, e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório

Redclift (2003, p. 48), observa de forma arguta e questionadora que as ligações entre o meio ambiente, a justiça social e a governabilidade têm se tornado crescentemente vagas em alguns discursos de sustentabilidade, e que as relações estruturais entre o poder, a consciência e o meio ambiente têm sido gradualmente obscurecidas.

Além dos obstáculos, como a consciência restrita da necessidade ambiental, é preciso também destacar as diferenças sociais e as desigualdades econômicas, além de diferenças culturais das diversas partes do mundo. Esses fatores geram conseqüências quando há o debate das questões ambientais, apesar de ser uma grande evolução que esses debates aconteçam, tornando as mudanças possíveis, a questão da sustentabilidade nessa variedade de leituras pode levar a uma demora na tomada de importantes decisões para o planeta.

O desenvolvimento sustentável se torna, nesse cenário, a

possibilidade para salvação do meio ambiente, contudo, ele nem sempre é interpretado da mesma maneira, assim como a sustentabilidade.

O desenvolvimento sustentável não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia ou um modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica como a ecológica (JACOBI, 2003, p.53)

Num sentido abrangente, a noção de desenvolvimento sustentável está relacionada as relações entre sociedade humana e natureza, entre a exploração dos recursos de maneira restrita e as conseqüências dessa exploração, como a geração de resíduos e contaminantes.

Essa relação está diretamente ligada aos padrões de consumo, que determinam a necessidade do uso dos recursos. Contudo, é preciso definir limites às possibilidades de crescimento e delinear um conjunto de iniciativas de uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável.

A noção de sustentabilidade implica, portanto, uma inter-relação necessária de justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento (JACOBI, 2003).

Os resultados das ações do passado, exemplificadas na primeira parte do primeiro capítulo, infelizmente não sanam todas as necessidades mundiais, mesmo assim ações presentes e futuras podem orientar a um caminho para um mundo sustentável, com um desenvolvimento econômico voltado para preservação de nossos recursos.

I. A ABORDAGEM AMBIENTAL

Multiplicar as práticas sociais, o acesso à informação e à educação ambiental, são práticas que permitem a transparência na administração dos problemas ambientais.

Além das organização não governamentais, é também de

interesse público a difusão de informações sobre meio ambiente, mesmo que estas envolvem iniciativas do governo ou empresas privadas, uma vez que o meio ambiente é um bem comum.

Essa disponibilidade de informação também pode ser usada como ferramenta para alterar o quadro atual de degradação socioambiental, através da promoção e do aumento do crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade da população participar em um nível mais alto no processo decisório, como uma forma de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental.

Considerando que a postura da população de desinteresse no meio ambiente decorre principalmente da desinformação e da falta de consciência ambiental, o acesso a informação e a educação ambiental representa a possibilidade de abertura de espaços para implementar alternativas diversificadas para uma participação plural, como práticas comunitárias que proponham uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na participação da gestão ambiental

1.1 A educação ambiental

A educação para a cidadania representam a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida.

A educação ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental, mas ela ainda não é suficiente, o que, no dizer de Tamaio (2000), se converte em “mais uma ferramenta de mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações desejadas”.

Para Sorrentino (1998), os grandes desafios para os educadores ambientais são, de um lado, o resgate e o desenvolvimento de valores e comportamentos e de outro, o estímulo a uma visão global e crítica das questões ambientais e a promoção de um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes.

Quando nos referimos à educação ambiental, é necessária a consciência de que ela ocorre em duas esferas: formal e informal. Em um contexto mais amplo, o da educação para a cidadania.

A educação ambiental é atravessada por vários campos de

conhecimento, o que a situa como uma abordagem multidisciplinar, “onde os campos de conhecimento, as noções e os conceitos podem ser originários de várias áreas do saber” (TRISTÃO, 2002).

Na escola, tratar do meio ambiente, segundo Vigotsky (apud TAMAIO, 2000), é um processo de reconstrução interna (dos indivíduos) que ocorre a partir da interação com uma ação externa (natureza, reciclagem, efeito estufa, ecossistema, recursos hídricos, desmatamento), na qual os indivíduos se constituem como sujeitos pela internalização de significações que são construídas e reelaboradas no desenvolvimento de suas relações sociais.

Assim, a educação ambiental pode ser citada como um aprendizado social, baseado na interação do indivíduo com o meio, através de atitudes conscientes que se originam do aprendizado em sala de aula ou da experiência pessoal do aluno.

Nesse contexto, segundo Reigota (1998), a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. Para Pádua e Tabanez (1998), a educação ambiental propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente.

A realidade atual exige uma reflexão dos saberes e das práticas coletivas que criam identidades e valores comuns e ações solidárias diante da questão ambiental. A preocupação com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades.

A complexidade desse processo de transformação de um planeta, não apenas crescentemente ameaçado, mas também diretamente afetado pelos riscos socioambientais e seus danos, é cada vez mais notória.

Alguns autores defendem que essa consciência ecológica, ou ambiental, se inicia na educação formal, sendo estendida para os ambientes de convivência – como casa e trabalho – e sendo reflexo da vida de um indivíduo.

Os educadores têm um papel estratégico e decisivo na inserção da educação ambiental no cotidiano escolar, qualificando os alunos para um posicionamento crítico face à crise socioambiental, tendo como horizonte a transformação de hábitos e práticas sociais e a formação de uma cidadania ambiental que os mobilize para a questão da sustentabilidade no seu significado mais abrangente. (TOZONI-REIS, 2004)

Atualmente a proposta educacional brasileira engloba várias áreas do conhecimento, tendo como foco a formação do cidadão da educação infantil ao ensino médio. Essa abordagem trata, além da capacidade do indivíduo de exercer os seus direitos nas escolhas e nas decisões políticas, assegurar a sua total dignidade nas estruturas sociais (JACOBI, 2000).

A educação ambiental como formação e exercício de cidadania refere-se a uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens. (JACOBI, 2003, p. 118)

A conservação do ambiente está entre as ações de integração social praticadas pelos cidadãos, através da sensibilização dos alunos e professores para uma participação mais consciente no contexto da sociedade, indo além das aulas de biologia e geografia.

As práticas educativas articuladas com a problemática ambiental são parte componente de um processo educativo que reforça um pensar da educação orientado para refletir a educação ambiental, conforme cita Leff (2001, p. 256): o processo educativo deve ser capaz de formar um pensamento crítico, criativo e sintonizado com a necessidade de propor respostas para o futuro, capaz de analisar as complexas relações entre os processos naturais e sociais e de atuar no ambiente em uma perspectiva global, respeitando as diversidades socioculturais.

Além do ambiente escolar, ações realizadas por ONGs e

organizações comunitárias, focadas principalmente na população infantil e juvenil, são parte da educação ambiental.

A educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em potenciais caminhos de dinamização da sociedade e de concretização de uma proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação.

Atualmente, o desafio de fortalecer uma educação para a cidadania ambiental se coloca como prioridade para viabilizar uma prática educativa que necessita lidar com conexões entre diferentes dimensões humanas, possibilitando entrelaçamentos e trânsitos entre múltiplos saberes. Assim, os educadores devem estar cada vez mais preparados para transmitir as informações que recebem, e, decodificar para os alunos a expressão dos significados em torno do meio ambiente e da ecologia nas suas múltiplas determinações e intersecções.

A abordagem do meio ambiente na escola passa a ter um papel multidisciplinar, como Tristão (2002, p. 175) defende:

[...] como as disciplinas de geografia e biologia têm uma afinidade de conteúdos em relação à dimensão ambiental, a inserção da educação ambiental ocorre por meio de um exercício multidisciplinar, às vezes até de uma cooperação entre os conteúdos dessas disciplinas.

Através desse processo de aprendizagem e nas percepções e representações sobre a relação entre indivíduos e ambiente nas condutas cotidianas que afetam a qualidade de vida. A construção de uma visão crítica, reforçando práticas que auxiliam a preservação ambiental, permite a educação cidadã.

2.2 Informações e meios de difusão

No passado, sem o advento e o acesso a tecnologia ou a internet, as informações eram difundidas de outras maneiras. No processo preparatório da Rio 92, por exemplo, algumas ONGs tomaram a iniciativa e criaram o Fórum de ONGs Brasileiras preparatório à Confe-

rência da Sociedade Civil sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizando encontros através da filiação com organizações, além de outros eventos posteriores que tinham como objetivo aprofundar a discussão sobre os desafios da sustentabilidade.

Atualmente, os sistemas de informações e as instituições sociais são facilitadores da construção de uma sociedade sustentável. Seja através das redes sociais, do marketing ambiental, da publicação de blogs, fóruns ou sites de ONGs e de pessoas engajadas pelo tema.

Partindo do conceito de rede, ou seja,

A construção coletiva da organização dos atores sociais, as redes se definem à medida que são realizadas, possibilitando as interações horizontais, a organização de instrumentos de pressão, integrando os atores num circuito, ampliando a sociabilidade, confiabilidade, interconectando os diferenciados atores e setores sociais (MEIRELLES, 2004, p. 11).

Verificamos que além dos adventos tecnológicos as redes já existiam e representavam um papel muito importante na difusão da conscientização ambiental. A captação de várias pessoas em prol de um determinado assunto, seja fisicamente como antes, ou virtualmente como agora, permite grandes mobilizações e transmissão de informações, gerando conseqüências.

Além dessas manifestações, as redes também permitem a divulgação de informações como notícias que repercutem mundialmente, extrapolando as barreiras geográficas, tornando a globalização efetiva.

No que se trata de meio ambiente, a importância das redes está relacionada às informações vinculadas e aos manifestos em prol de melhorias que beneficiam nosso meio, captando a atenção das autoridades e organizações que podem tomar atitudes para mudar os fatos. Além disso, é uma ferramenta para conscientização ambiental, educação e desenvolvimento sustentável.

I. AS REDES SOCIAIS E O MEIO AMBIENTE

Os diversos padrões de formação de redes de indivíduos e

grupos sociais começaram a ser estudados a partir da década de 1940, sobretudo por sociólogos, antropólogos e psicólogos sociais dos EUA, Inglaterra e Alemanha (BARNES, 1972; ROGERS e KINCAID, 1981; SCOTT, 1992; apud AGUIAR, 2007), que utilizaram diferentes metáforas (malha, trama, árvore, teia) para descrever os padrões de conexão e de fluxo de informações. (DELEUZE e GUATTARI, 1996, apud AGUIAR, 2007).

No Brasil, as redes sociais passaram a despertar interesse acadêmico nos anos 1990, com estudos sobre as novas formas associativas e organizativas que emergiram dos processos de resistência à ditadura militar, entre outros temas posteriores. (AGUIAR, 2006, 2007).

Redes sociais são, antes de tudo, relações entre pessoas, fisicamente próximas ou distantes. Os círculos de amizades, família, trabalho, estudo, entre outros propósitos caracterizam as redes sociais informais, que surgem espontaneamente. As redes sociais intencionais, como indica o verbo *to network* (muito utilizado na língua portuguesa para redes de contatos de trabalho), são voltadas para um assunto específico, muitas vezes com líderes e projetos envolvidos.

Atualmente a expressão “redes sociais” é largamente utilizada para se referir a sites que oferecem ferramentas e serviços de comunicação e interação, algumas vezes limitados a uma rede de amigos. Nesses ambientes virtuais as relações sociais e de sociabilidade se diferenciam em dinâmicas e propósitos. Existem também “comunidades virtuais” onde se concentram pessoas com interesses em comum.

Nesse mundo virtual as TICs (tecnologias de informação e comunicação) são ferramentas essenciais para interação e divulgação de informações. Elas são representadas pelos vídeos, chats, fóruns, wikis, entre outros.

Atualmente, as redes sociais em ambientes digitais são cada vez mais amplas, complexas e estruturadas, gerando o transporte da comunicação para o meio digital, o que provoca como resultado “um conjunto de relações que dependem tanto das redes reais quanto das virtuais” (LÓPEZ MARTÍNEZ, 2000; TÉLLEZ FERNÁNDEZ, 2002).

Com base na definição inicial de redes sociais, e sua presença no mundo físico e virtual, quando tratamos de meio ambiente identificamos que muitas entidades foram pioneiras na articulação em

prol desse assunto.

As questões ambientais e os problemas do desenvolvimento social foram assuntos abordados a partir da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92). De lá pra cá, as redes de ONGs e movimentos sociais não só se multiplicaram pelo país, como ampliaram o leque temático no qual atuam e a escala de esferas nas quais buscam intervir, além da ferramentas utilizadas para atingirem seus objetivos.

A maior consistência das idéias das organizações ambientais e a maior visibilidade de suas ações contribuem diretamente para que outros grupos se incorporem no debate ambiental, como grupos científicos, empresariais, estudantes, entre outras pessoas engajadas nos temas, além de agências governamentais e ONGs. Isso se tornou possível através da utilização dos meios virtuais para interação.

Além da captação de novos membros e da divulgação de ações, notícias, entre outras informações, as redes sociais virtuais tem um papel primordial na publicação dos riscos ambientais, o que aumenta o grau de legitimidade e credibilidade das ONGS que buscam de forma crescente suporte técnico-científico para sustentar seus argumentos e demonstrar os riscos ambientais envolvidos em diversas situações.

Assim, as redes assumem também um papel político, não se limitando as questões nacionais, globalizando-se a percepção dos riscos, como outras ONGs transnacionais que exercem papel fundamental na disseminação e amplificação das informações e imagens em escala global.

Como toda essa movimentação as novas tecnologias de informação exercem influência nos processos decisórios. A mobilização da mídia internacional pela ação de algumas ONGs ambientalistas de amplo poder amplificador potencializam e possibilitam a influencia e reversão de decisões.

CONCLUSÃO

A atual situação ambiental espira cuidados, apesar de várias manifestações desde a década de 60 alertando o mundo sobre o abuso do uso dos recursos naturais, a conscientização ambiental ainda não tomou as proporções adequadas para uma mudança radical.

A educação ambiental engloba todas as áreas da vida, desde o

comportamento em casa até o comportamento fora dela, inclusive na escola, onde a educação ambiental é parte do currículo escolar.

Contudo, entendemos que muito além da educação cidadã – que inclui a consciência ambiental – é necessário atitudes e ações de toda comunidade para que haja um resultado que beneficie a todos. O uso das redes sociais como forma de difusão da educação ambiental e da conscientização quanto ao desenvolvimento sustentável é uma ferramenta que condiz com seu tempo, sendo uma das maneiras mais eficazes de levar a informação para a população.

Este artigo conseguiu identificar o papel das redes sociais na abordagem do meio ambiente como tema e como objeto de reflexão, demonstrando sua importância e explicando como isso se deu com o passar dos anos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sonia. Formas de organização e enredamento para ações sociopolíticas. Informação & Informação, Universidade Estadual de Londrina, Vol. 12, Edição especial, 2007. Disponível em: <http://www2.uel.br/revistas/informacao/viewissue.php?id=39>. Acesso em: 30/04/2012.

GUIMARÃES, R. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G. et al. (Org.) O desafio da sustentabilidade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania E Sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, n. 118, mp. a1rç8o9/-220050,3 março/ 2003. p. 189 a 205.

_____. Políticas sociais e ampliação da cidadania. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira, & TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Contabilidade e Gestão Ambiental. São Paulo: Atlas, 2004.

LÓPEZ MARTÍNEZ, Sergio. Antropologia e Internet, ago/2000. Disponível em: <<http://www.plazamayor.net/antropologia/archtm/>

internet/index.html> Acessado em: 25/04/2012.

LEFF, E. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.

MEIRELLES, Betina H. S. Redes sociais em saúde: desafio para uma nova prática em saúde e enfermagem. Trabalho apresentado como requisito ao concurso público para Professor Adjunto (Departamento de Enfermagem)– Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

REIGOTA, M. Desafios à educação ambiental escolar. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998. p.43-50.

REDCLIFT, M. Os novos discursos da sustentabilidade. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (Orgs.). Contra-discurso do desenvolvimento sustentável. Manaus: Unamaz, 2003.

SORRENTINO, M. De Tbilisi a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil. In: JACOBI, P. ET al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA. 1998. p.27-32.

TRISTÃO, M. As Dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento. In: RUSHEINSKY, A. (org.). Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002. p.169-173.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Educação ambiental: natureza razão e historia. Campinas, SP: Autores associados, 2004.

PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (orgs.). Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil. São Paulo: Ipê, 1998.

TAMAIIO, I. A Mediação do professor na construção do conceito de natureza. Campinas, 2000. Dissert.(Mestr.) FE/Unicamp.

VALLE, Cyro Eyer do. Qualidade Ambiental: ISO 14000. 4ed. São Paulo: Editora SENC São Paulo, 2002.